



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE 20 KITS DE ECOPONTOS DE SUPERFÍCIE" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL FORMATO BIN, LDA, DO PORTO [PF 310/2017]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **16 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de 19 de julho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Carla Alexandra Ferreira Pinto Simões, titular do Cartão de Cidadão n.º 10528200 /ZY9, válido até 26-02-2019, residente na Rua António Aroso, nº 424, Hab. 3, Porto, que outorga na qualidade de **Procuradora**, em representação da sociedade comercial por quotas, que usa a firma **FORMATO BIN, LDA**, com sede na Rua do Pinheiro Manso, nº 662, sala 2.19, Ramalde, Porto, matriculada na competente Conservatória do Registo Comercial, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **510 238 238**, com o capital social de € 150.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de **19 de julho de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e

seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, o contrato de **“AQUISIÇÃO DE 20 KITS DE ECOPONTOS DE SUPERFÍCIE”**. -----

Pelo referido Despacho foi aprovada ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 2 do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual, correspondente à proposta adjudicada, é de € 22.560,00 (vinte e dois mil quinhentos e sessenta euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo do fornecimento adjudicado é de 15 dias, a contar da data da assinatura do presente contrato. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo 02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação económica - Agrupamento 07 – Aquisição de Bens de Investimento; Subagrupamento 01 – Investimentos; Rubrica 10 – Equipamento Básico; e Alínea 01 – Equipamento de recolha de resíduos. -----

- Classificação Funcional – 24501. -----

Sexta: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º, nº1 da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Sétima: 1 - Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nos números anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 - Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima: **A segunda outorgante declara aceitar,** para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar o fornecimento adjudicado dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **20-04-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Porto-4, em **24-05-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária

regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registro Comercial com o código de acesso 5840-7502-4003, subscrita em 16-06-2017 e válida até **16-06-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) **Procuração** conferida em 17-05-2013, à segunda outorgante, pela qual foi conferida a qualidade da mesma e a suficiência de poderes para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontram na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, António José da Silva Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

António José da Silva
FORMATO BINA, LDA
Nº 510 438 238
Município de Loures
António José da Silva

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **93/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **44/2017**